



COMISSÃO PERMANENTE
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
(Art. 182, art. 183, inciso I e art. 189, inciso I, do RICMMN)

PARECER

PROJETOS DE LEI N°S:

- 009/2025, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2025.
- 010/2025, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2025.
- 015/2025, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2025.

AUTORIA: CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

MATÉRIAS:

“Altera a Lei nº 1.472, de 20 de fevereiro de 2009, na forma que indica, e dá outras providências.”

“Altera a Lei nº 1.542, de 31 de agosto de 2010, na forma que indica, e dá outras providências.”

“Altera a Lei nº 1.571, de 10 e outubro de 2011, e dá outras providências.”

RELATÓRIO.

As propositoras acima indicadas foram encaminhadas pelo Chefe do Poder Executivo, protocoladas nesta Casa nas datas de **20/02/2025 e 06/02/2025, respectivamente**, por intermédio das **Mensagens aos Projetos de Leis nºs 009/2025, 010/2025 e 015/2025**, com esteio no art. 59, inciso II, da Lei Orgânica desta municipalidade.

Submete-se à apreciação desta Comissão de Legislação, Justiça e Redação os Projetos de Leis acima indicados, com esteio no art. 182 c/c art. 189, inciso I, do Regimento Interno desta Casa de Leis, a fim de emitir-se parecer técnico, quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade.

Passo a emitir o parecer que ao final deve ser assinado por aqueles que estejam de acordo.

DO DIREITO.

O Relatório apresentado pela Secretaria Municipal de Finanças de Morada Nova busca estimar o impacto orçamentário e financeiro da proposta de reforma administrativa do Município de Morada Nova, em atendimento às exigências dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Ressalta-se que, na presente proposta de reforma administrativa, haverá criação de novos cargos que implicará no aumento da despesa com pessoal no montante de **R\$ 6,8 milhões** somente no ano de 2025.

Nesse ponto, cumpre salientar que a criação de novos cargos constitui despesa obrigatória de caráter continuado, conforme dispõe o artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Dessa forma, é imprescindível que haja:



COMISSÃO PERMANENTE
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
(Art. 182, art. 183, inciso I e art. 189, inciso I, do RICMMN)

1. **Estimativa do impacto orçamentário-financeiro** para o exercício de 2025 e os dois subsequentes (art. 16, I, da LRF);
2. **Demonstração da origem dos recursos** que financiarão o aumento da despesa, a qual pode decorrer de aumento de receita ou de redução de outras despesas (art. 17, §1º, da LRF);
3. **Comprovação da adequação às metas fiscais** estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 17, §2º, da LRF).

O Relatório da Secretaria de Finanças, não obstante informar que haverá aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, **não indica como os efeitos financeiros decorrentes daquelas despesas serão compensados nos exercícios seguintes**. Sobre esse ponto, o art. 17, §2º, da LRF estabelece que somente há duas alternativas: **aumento permanente de receita** ou **redução permanente de despesa**.

Assim, a criação de despesas obrigatórias de caráter continuado sem a devida compensação de seus efeitos financeiros (aumento de receitas ou redução de gastos) **ocasionará desequilíbrio crônico nas contas públicas de Morada Nova**. Para equilibrar as contas, a gestão poderá fazer ajuste fiscal, o que trará implicações na continuidade e ampliação dos serviços públicos ofertados à população.

Além disso, o Relatório da Secretaria Municipal de Finanças **não apresentou comprovação de que as despesas que serão criadas com a reforma administrativa não afetarão a meta de resultado primário estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)**. Cabe frisar que, em consulta à LDO de 2025, verificou-se que a meta é de superávit primário no valor R\$ 24,7 milhões, ou seja, as receitas serão superiores às despesas no montante acima. Contudo, **a Secretaria de Finanças do Município não demonstrou se referida meta será atendida após o aumento de gastos provenientes da reforma administrativa**.

Outrossim, em relação ao cálculo do impacto orçamentário e financeiro, verifica-se que a Secretaria Municipal de Finanças informou que **o impacto orçamentário e financeiro de 2025 será o mesmo para os exercícios de 2026, 2027 e 2028**.

Todavia, constata-se **grave equívoco metodológico**, posto que é necessário levar em consideração os efeitos inflacionários de cada exercício. Assim, tendo como base o Boletim Focus de 28/02/2025, o impacto orçamentário e financeiro de 2026 será de **R\$ 7,1 milhões (IPCA 4,4%)**, ao passo que para os anos de 2027 (IPCA 4%) e 2028 (IPCA 3,75%) será, respectivamente, de **R\$ 7,4 milhões** e **R\$ 7,7 milhões**, evidenciando a subestimação dos valores apresentados pela Secretaria Municipal de Finanças:

EXERCÍCIO 2025, 2026, 2027 E 2028

EXERCÍCIO 2025	
VALOR MENSAL DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO	568.048,91
VALOR ANUAL DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO	6.816.586,92
EXERCÍCIO 2026	
Repetem-se os valores (Desde que não se tenha um novo aumento).	
EXERCÍCIO 2027	
Repetem-se os valores (Desde que não se tenha um novo aumento).	
EXERCÍCIO 2028	
Repetem-se os valores (Desde que não se tenha um novo aumento).	

Diante do exposto, constata-se que, caso a proposta de reforma administrativa seja aprovada sem demonstrar **a compensação dos efeitos financeiros decorrentes da criação de despesa obrigatória de caráter continuado** e a **comprovação de que a meta de resultado primário será atendida**, estará violando gravemente a LRF.

Adicionalmente, destaca-se que a Secretaria de Finanças estimou o impacto da reforma administrativa na relação entre Despesa com Pessoal e Receita Corrente Líquida para fins de cumprimento do Limite Máximo da Despesa com Pessoal (54% da RCL). Contudo, há incongruências que merecem destaque.

Primeiramente, os valores das despesas com pessoal não estão corretos, visto que, em consulta ao Portal da Transparência dos Municípios do TCE/CE, é possível constatar a realização de pagamentos para o **Instituto de Gestão e Cidadania (IGC) no valor de R\$ 753,5 mil** até 28 de fevereiro de 2025, conforme se observa na imagem abaixo:



Initial | TCE | Fornecedores | Localizar | Ouvidoria

Você está em: portal » morada nova » favorecidos » despesas

MORADA NOVA
Escolher outro município »

2025
Escolher outro ano »

PREFEITURA **CÂMARA DE VEREADORES**

DESPESAS DE: INSTITUTO DE GESTAO E CIDADANIA - IGC

CPF / CNPJ: 24.127.105/0001-74
Foi encontrado 1 item de despesa - Total: R\$753.519,27

mais sobre esse fornecedor

Cód. Despesa	Despesa	Valor Pago (R\$)
85	Trans. por meio de contrato de gestao	753.519,27

Última atualização em: 28/02/2025
Fonte: Dados enviados pelo Município através do Sistema de Informações Municipais - SIM.

Todavia, tais dispêndios **NÃO** estão classificados como **"Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização"**, tampouco **incluídos no cálculo da despesa com pessoal**, em evidente burla ao art. 18, §1º, da LRF, não obstante se tratar de serviço de terceirização de atividade finalística no âmbito da saúde.

COMISSÃO PERMANENTE
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

(Art. 182, art. 183, inciso I e art. 189, inciso I, do RICMMN)

Além disso, para o valor da Receita Corrente Líquida de 2025, a Secretaria de Finanças apenas corrigiu pela inflação (4,23%) o montante da RCL de 2024. Contudo, imperioso ressaltar que há diversos fatores que impactam a receita e que não foram levados em consideração pela Secretaria de Finanças, tais como o **Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e do Ceará e as transferências recebidas dos governos estadual e federal**, a exemplo do **FUNDEB**, do **Fundo de Participação dos Municípios (FPM)** e de **Emendas Individuais** (art. 166-A, § 1º, da CF/88).

Por último, cumpre salientar que também **NÃO** houve **demonstração do impacto da proposta de reforma administrativa na previdência do município**. Nesse ponto, informa-se que, em consulta ao site do Instituto de Previdência de Morada Nova, é possível constatar que, em 2024, o **déficit atuarial foi de R\$ 674,2 milhões**:

Item	2022	2023	2024
Ativos Garantidores do Plano de Benefícios	2.757.485,04	54.416.677,22	1.332.652,23
Saldos de Investimentos	-	1.810.071,18	326.673,83
Parcelamentos de Débitos a Receber	2.757.485,04	1.012.531,56	1.005.978,40
Receitas Extraordinárias Projetadas	-	51.594.074,48	-
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios Concedidos	248.267.215,99	313.335.799,79	353.506.609,51
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios Concedidos	82.520,89	172.807,07	299.717,36
Compensação Previdenciária a Pagar – Benefícios Concedidos	40.086,57	40.086,57	-
Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios Concedidos	24.816.721,60	28.200.221,98	28.280.528,76
Reserva Matemática dos Benefícios Concedidos	223.357.973,50	285.002.857,31	324.926.363,39
Valor Atual dos Benefícios Futuros - Benefícios a Conceder	453.615.371,88	611.810.998,43	499.786.718,88
Valor Atual das Contribuições Futuras - Benefícios a Conceder	50.882.025,53	134.420.422,57	109.243.549,56
Compensação Previdenciária a Receber - Benefícios a Conceder	45.361.537,19	55.062.989,86	39.982.937,51
Reserva Matemática dos Benefícios a Conceder	373.651.431,89	422.327.586,00	350.560.231,80
Resultado Atuarial	-577.972.297,62	-652.913.766,09	-674.153.942,97
Aportes por Insuficiência Financeira	577.972.297,62	652.913.766,09	674.153.942,97
Resultado Atuarial	0,00	0,00	0,00

Portanto, os Projetos de Leis nºa 009/2025, 010/2025 e 015/2025, afrontam à LRF e subestima os impactos financeiros e fiscais nas contas públicas de Morada Nova, além de relegar à previdência municipal.

CONCLUSÃO.

Face ao todo exposto, considerando que a propositura não encontra embasamento legal em nosso ordenamento jurídico brasileiro, emite-se **PARECER CONTRÁRIO, por maioria dos membros, à APROVAÇÃO dos Projetos de Leis nºs 009/2025, 010/2025 e 015/2025**, devendo as proposições serem **preliminarmente rejeitadas**, conforme determina o art. 114 do RICMMN, tudo de acordo com orientação da procuradoria jurídica desta Câmara Municipal.

Em interpretação diversa, o vereador ELESBÃO PEREIRA MENEZES FILHO entende que as proposições encontram-se muito bem-postas no ordenamento jurídico brasileiro, assim como está bem escritas e em perfeita harmonia com o que dispõe a lei Orgânica do



COMISSÃO PERMANENTE
LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

(Art. 182, art. 183, inciso I e art. 189, inciso I, do RICMMN)

Município de Morada Nova, em relação às normas de elaboração das leis, pelo que opina de forma favorável para APROVAÇÃO dos Projetos de Leis.

É O PARECER, S.M.J.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Morada Nova,
em 19 de março de 2025.

Davi Sousa de Oliveira
Presidente

Raquel Menezes Girão
Membro

Elesbão Pereira Menezes Filho
Membro